

32ª Reunião Brasileira de Antropologia

2020

GT 14- Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenadores: José Colaço Dias Neto (UFF) e
Francisca de Souza Miller (UFRN)

Fios de histórias, fios de alta tensão:

Eletricidade, turismo e peixes em redes envolvendo a Comunidade do Pouso da Cajaíba, Paraty, RJ

Luana Santiago Novaes

(mestre pelo PPGAS – Unifesp)

Com colaboração de Valéria Macedo

(docente PPGAS – Unifesp)

“Se essas linhas são relações, então elas são
relações não *entre*, mas *ao longo de*”
INGOLD, 2012:41

Atividades de turismo na comunidade *caiçara* de Pouso da Cajaíba, em Paraty (RJ), constituem o tema central deste texto, com ênfase para o que vem sendo chamado de *turismo de base comunitária*. Seu material etnográfico e analítico advém da dissertação de mestrado de Luana Santiago Novaes, sob orientação de Valéria Macedo, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp (NOVAES, 2020).

Nesta introdução, faremos uma breve apresentação da região e da comunidade, seguida de duas seções. A primeira seção busca sintetizar aspectos do turismo no Pouso da Cajaíba, enquanto a segunda centra foco em questões implicadas no *turismo de base comunitária*. Outros aspectos presentes na dissertação, como as atividades pesqueiras, a vida da comunidade nos períodos de baixa temporada, questões fundiárias e implicações por estarem em uma Unidade de Conservação, não serão aqui abordados (ver NOVAES, 2020).

A região da enseada da Cajaíba é conhecida, tanto pelos moradores locais quanto pelos residentes em Paraty, por *região costeira*, dada sua proximidade à costa do mar e o

acesso apenas por via marítima. A Enseada é composta por diversas praias: Pouso da Cajaíba, Itanema, Calhaus, Itaoca, Praia Grande e Praia Deserta. O local é parte da Reserva Ecológica da Juatinga, criada em 1992, integrando um corredor ecológico também composto pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina e pelo Parque Estadual da Serra do Mar (em São Paulo). As praias que compõem a enseada da Cajaíba são acessíveis principalmente pelo mar, e ali vivem famílias que se reconhecem e são reconhecidas como *caiçaras*, cujas atividades se voltam principalmente para a pesca e o turismo. Trata-se de uma importante região pesqueira, de intensa circulação de barcos de pesca artesanal e embarcações de grande porte com características industriais, além de barcos e lanchas de passeios.

Em uma ocasião em 2015, enquanto o barco se distanciava da praia do Pouso da Cajaíba, avistamos a colocação dos postes de eletrificação na mata que abriga a comunidade. Entre olhares dos turistas que se despediam do lugar, um deles questionou: *O que será que vai mudar com a chegada da luz elétrica?* Esse foi o fio que puxou e se integrou a redes de eletricidade, turismo, peixes, parentes e projetos que essa pesquisa buscou seguir.

Pude acompanhar discussões acerca da proposta de implementação no Pouso do Programa “Luz Para Todos”, criado pelo governo federal (Decreto 4873/2003) para levar eletrificação com tarifas subsidiadas a regiões consideradas remotas do país. O frio da geladeira e o calor do chuveiro configuravam os maiores atrativos. Já havia ali algumas geladeiras a gás, mas funcionavam precariamente, de modo que ampliar as possibilidades de estocagem de produtos era um desejo compartilhado. Assim como a geladeira, o chuveiro elétrico aumentaria o conforto na recepção dos turistas, e com ele a renda da comunidade. Contudo, os moradores também ponderavam que o maior controle do frio e do calor poderia incorrer no descontrole do valor da conta de luz. Nesse sentido, Zinha, moradora do Pouso, comentou que *“chegou a luz no Sono [outra comunidade da península da Juatinga, onde o Programa Luz para Todos foi instalado em 2009] e eles colocaram chuveiro elétrico em todo camping, daí a conta de luz deles deu mais de dois mil reais. Eu não quero isso não, vou manter o chuveiro a gás”*.

Desde o século XIX, a difusão da eletricidade na vida urbana europeia foi celebrada como um dos principais emblemas da “modernidade”, contrastando com os modos de viver supostamente “primitivos” das populações que viviam mais “próximas à natureza”. Essa concepção nunca deixou de estar presente, mesmo que à sombra, no olhar daqueles que celebram a eletricidade como uma chegada do progresso, ou

daqueles que a lamentam como o fim do modo de vida tradicional. Eu me encontrava entre estes últimos, e este trabalho resulta de um deslocamento desse olhar a partir dos aprendizados com os moradores do Pouso.

Em minha experiência de campo, os fios de eletricidade acabaram se tornando menos relevantes do que o projeto supunha, muitas vezes sumindo em meio aos fios de outras histórias. Eles certamente não foram posicionados na vida do Pouso como uma linha divisória que estabelecesse um “antes” e “depois” da luz elétrica, assim como divisões estanques entre o “tradicional” e o “moderno”.

Entre autores que escreveram especificamente sobre essa comunidade, Rosa (2005) e Carvalho (2010) estão entre os que afirmaram que “a permanência de valores tradicionais” era facilitada no Pouso pela ausência de energia elétrica, o acesso exclusivo pelo mar e por seu pertencimento a uma Unidade de Conservação. No entanto, moradores dizem que o mar sempre foi um conector e não um fator de isolamento, assim como estarem em uma UC os lança num oceano de relações envolvendo políticas e projetos. Ticote, uma liderança local, também aponta a energia elétrica, a escola e os turistas como aquilo que fará as pessoas continuarem no Pouso.

Em vez de grandes divisores, minha experiência etnográfica foi ao encontro do que Viveiros de Castro designou como “pequenas multiplicidades” (2006: 181). No lugar de estruturas sociológicas fixas ou totalidades étnicas, os fios dessas histórias conformam redes. Presentes na relacionalidade e nas materialidades da vida no Pouso, estão as redes de pesca para consumo e para venda, a rede elétrica, as tramas de pau-a-pique com inserção de materiais industrializados nas paredes de algumas casas, as tramas do cipó nas árvores ou nos cestos feitos por Dona Dica diante de turistas e alunos, a rede de povos (caiçaras, indígenas, quilombolas) e suas alianças políticas, a rede projetos de cunho socioambiental que buscam “dar voz” e “conscientizar”, a rede do turismo, entre tantas outras que atravessaram a pesquisa.

Imagem alternativa à da rede é a de linhas, tal como proposta por Ingold (2012), que dizem respeito às relações que estabelecemos – e que nos constituem – com seres, paisagens, materialidades e ideias. Como sugere a epígrafe deste texto, as linhas são de natureza relacional, mas não dizem respeito apenas a conexões entre coisas, pessoas ou abstrações, e sim a constituição destas enquanto relações que envolvem materialidades, movimentos, afetos e participações heterogêneas.

Particularmente, este texto retoma passagens de um caminho percorrido por fios de histórias que ouvi e vivi no Pouso da Cajaíba durante um trabalho de campo nos meses

de julho, dezembro e janeiro dos anos de 2017, 2018 e 2019, além de outras visitas pontuais – para ocasiões como festas ou reuniões políticas – além de estadias ao longo de nove anos antes da entrada no mestrado, concluído em março de 2020.

Especificamente, este artigo busca abordar atividades turísticas como técnicas relacionais. Como destacado por Sautchuk, “a técnica remete – em variadas dimensões, formatos e escalas – a movimento, mudança ou alteração, mesmo que seja para reforçar, reproduzir ou manter determinados padrões de relação” (2017:12). O Pouso tem como singularidade uma proposta alternativa ao turismo convencional no mundo capitalista, centrado em serviços de hotelaria e padrões de consumo que se voltam para paisagens e eventos específicos. No Pouso, o viver em meio a uma comunidade caiçara é parte da experiência turística.

Turistas nas redes caiçaras

Durante todas as estações do ano, os barcos de pesca ancoram no cais dos pescadores, na Ilha das Cobras, em Paraty. Os barcos trazem os peixes, os quais são levados aos caminhões das distribuidoras que abastecem os mercados. A peixaria recentemente construída no espaço em frente aos barcos pesa e vende os peixes e os frutos do mar. Esse espaço também é um local de encontro. Além de mercadorias vindas da região da baía de Paraty, moradores da costeira vão para a cidade fazer compras no supermercado, buscar materiais de construção, ir ao banco e visitar parentes, entre outros.

A cidade de Paraty é um destino turístico conhecido internacionalmente pelo seu centro histórico e por suas ilhas. Na beira do mar, os chamados “Cais de Turismo” e “Cais do Pescador” estão dispostos um ao lado do outro, mas diferenciados pelas suas finalidades e estruturas. No ritmo do verão, enquanto o sol esquenta a proa do barco, o vaivém constante de mercadorias e moradores se intensifica nos feriados, aumentando a circulação de pessoas também no Cais do Pescador. Isso ocorre porque o acesso às praias da Reserva da Juatinga se dá por meio dos barcos e lanchas dos próprios moradores, fazendo com que o cais dos pescadores adquira também finalidade turística. Os turistas vão à procura de barcos que fazem *fretes* para a enseada da Cajaíba e outros lugares da região de Paraty. Os peixes vão para cidade, os turistas vêm para enseada.

Alguns anos atrás, a experiência de se equilibrar em barco, dividindo o peso dos passageiros e das bagagens, era bem comum entre turistas que iam à enseada ou iam passear nas praias da Reserva da Juatinga. Atualmente esses *fretes* têm sido cada vez mais

realizados com as lanchas. Um píer flutuante foi construído no Cais do Pescador para acomodar as lanchas, transporte que aumentou muito durante esses últimos dez anos. Além de tornar mais rápido o traslado Paraty-Cajaíba, as lanchas servem a necessidades eventuais dos moradores. Assim, em um tempo bem mais curto do que os barcos, aumentam as idas a Paraty para buscar turistas e fazer *fretes*.

Moradores da costeira vão para a cidade levar os peixes e os parentes, assim como para trazer mercadorias. Na volta, podem encontrar um turista, fazer um frete e encaminhá-lo para alugar casas, quartos ou camping. Já para turistas que frequentam há alguns anos a enseada, passando férias de verão, o encontro costuma ser estabelecido por uma combinação prévia. Escolhem o barqueiro e o horário que vão sair e se irão de barco ou lancha.

Mesmo que haja grupos de turistas que chegam de trilhas – caminhadas pela reserva da Juatinga –, os deslocamentos das pessoas no verão para a enseada acontecem em grande parte pelas travessias de barcos, sendo o imprevisto do mar e do barco um fator considerável na relação dos turistas e dos moradores. Os arranjos feitos para que os turistas possam permanecer no lugar, ou qual a melhor forma de ir embora, depende das circunstâncias que envolve o tempo climático. Os elementos rítmicos alterados pelos ventos do verão marcam um aumento de fluxos de coisas e pessoas no Pouso da Cajaíba. O calor do verão e as férias movimentam os lugares de praias. As pessoas saem de suas cidades em busca de locais turísticos mais próximos à natureza. Nesse período, os barcos/guia ancoram nas praias da enseada muitas vezes com sua capacidade máxima, em torno de 15 a 20 pessoas. Já as lanchas com capacidade para 5 pessoas fazem mais travessias durante o dia. Assim, os moradores/barqueiros aperfeiçoam suas técnicas, arrumam os barcos, compram lanchas, produzem cartões com seus contatos para realizar os fretes, abordam os turistas no cais dos pescadores. Os moradores também organizam e constroem estruturas em terra para melhor acomodar os turistas. Como disse um deles: “nos preocupamos em deixar a casa limpa, organizar a cozinha, comprar copos, talheres, *colocar lençóis novos nas camas, comprar um botijão de gás novo e colocar cortinas, deixar tudo arrumado*”. O Pouso da Cajaíba é a praia que conta com mais casas para alugar na enseada e, além das casas de veranistas, os moradores alugam suas próprias casas.

A movimentação provocada pelo turismo incide no espaço. No canto da praia, foram construídas suítes para aluguel e, na parte central da comunidade, foi construída uma pousada. Além de construções fixas, há também mudanças que acontecem por meio

de deslocamentos internos: após as casas serem arrumadas para os turistas, os moradores se hospedam em casas de parentes, em construções menores ao lado de suas casas ou ficam alojados nos ranchos na praia. Quando os turistas partem, voltam para suas moradias. Em cada praia da enseada da Cajaíba, pessoas de fora hospedam-se em casas ou em campings de moradores. Na praia de Calhaus, na vila de pescadores, as casas também são alugadas. Entre as raízes das árvores, nos quintais das casas, também são colocadas barracas. A estrutura de camping é a forma mais utilizada para receber os turistas nas praias próximas ao Pouso.

Dessa forma, os turistas que vão para Cajaíba prescindem de confortos dos serviços hoteleiros e buscam justamente uma experiência alternativa às relações pautadas pelo capitalismo no turismo e em sua vida cotidiana. Mas nem por isso deixam de demandar os serviços dos bares e outros em que se posicionam como consumidores que estão ali de passagem, onde deixarão algum dinheiro e muito lixo. Seja como for, os principais atrativos parecem ser as belezas naturais, o despojamento da vida caiçara e a possibilidade de encontrar ali pessoas com perfis próximos, que se encontram dispersas em metrópoles como São Paulo ou Rio de Janeiro.

Apesar do número de pessoas só aumentar durante os feriados, o espaço é constantemente modificado para a recepção de turistas. Na genealogia das casas do Pouso realizada pela antropóloga Ana De Francesco, é possível observar um mapa desenhado pela pesquisadora e pela moradora Josinete Souza, em 2011, e identificar o círculo cruzado entre as casas dos moradores e casas destinadas ao aluguel. No levantamento realizado, há 161 edificações mapeadas, sendo 100 casas de moradores nascidos e criados na localidade. “No Pouso da Cajaíba, a configuração espacial da localidade foi bastante alterada pelo crescimento do turismo e do número de casas de pessoas de fora, os veranistas” (DE FRANCESCO, 2012: 110). Além da circulação de turistas de São Paulo ser grande, também são os paulistas os donos de muitas casas de veraneio na região.

A chegada do turismo na localidade da Cajaíba só se intensificou na década de 1990, acentuando a aquisição de pequenas posses e de casas por veranistas, uma nova categoria que surge nesse período. Devido à dificuldade de acesso à região e a criação da Reserva da Juatinga, em 1992, a construção de casas para pessoas de fora foi uma alternativa econômica a que alguns moradores recorreram, além da adaptação de suas próprias casas para receber turistas. Sendo o turismo uma renda sazonal – concentrada no verão e feriados – os moradores aproveitam a baixa temporada para trabalharem nas

construções dessas casas. Em alguns casos, também mantém uma renda como caseiros das casas dos veranistas.

Apesar de alguns inconvenientes com os turistas na temporada pelo aumento da movimentação de pessoas na comunidade, de modo geral o turismo é visto como algo positivo. Além de trazer renda para os moradores, na virada do ano a enseada entra em ritmo de festa, não só pelos turistas, mas também pelos parentes que vivem em Paraty e retornam porque estão de férias e pela presença dos pescadores que estão no período do defeso. Os jovens circulam mais pela praia. O ritmo acelera: iniciam-se as saídas das lanchas com passeios pela Reserva da Juatinga; os bares passam a funcionar até tarde da noite, alguns têm música ao vivo com bandas da cidade e outros funcionam com som mecânico.

Após o natal, as lanchas e barcos começam a chegar com os turistas e com mercadorias para abastecimento das casas e dos bares. Até o dia 31 de dezembro, a chegada de turistas só aumenta. Sentada na praia, é possível observar grupos de pessoas chegando. As lanchas sobem na areia da praia, descem pessoas, bagagens, caixas de cervejas, garrafas de bebidas, mantimentos, ventiladores e, algumas vezes, cachorros. Esses são os turistas classificados pelos moradores como aqueles que “trazem tudo de fora”, consumindo pouco nos bares e restaurantes da comunidade.

Em relatos de experiências com o turismo, moradores destacam a existência de um *turismo bom*. Ao perguntar como é esse turismo, as respostas se mantiveram na mesma linha do depoimento de Ticote: “*um turista bom é aquele que traz o dinheiro e interage*”. Essa interação produz linhas que enredam moradores e turistas que compram peixe, lula, camarão, cerveja, gelo; alugam a casa; fazem os passeios de barco e estreitam laços de amizade. Os turistas são assim os fios condutores de uma rede de distribuição de mercadorias, favores e afetos. Por exemplo, ao comprar um peixe, o turista não apenas consome, mas por vezes busca aprender com o pescador qual o melhor jeito de preparo do peixe, o que incide em futuras compras de peixes e frutos do mar, bem como no estreitamento de vínculos com os moradores, seus conhecimentos e modos de viver.

Na percepção dos moradores, o turismo traz consigo aspectos positivos e negativos, tornando visível seus contrastes. Os moradores destacam como positivo a valorização do que chamam de *cultura caiçara* e a fonte de renda. Já o aumento do lixo, do uso de drogas, crescimento da circulação de pessoas e especulação imobiliária são aspectos apontados como negativos. O turista que aluga sempre a mesma casa, volta todo ano e mantém contato durante o ano configura um perfil positivado pelos moradores. Tal

vínculo por vezes incorre na visita dos moradores na casa dos turistas que se tornaram amigos.

Porém, muitas tensões também compõem o emaranhado das redes do turismo. Por exemplo, após um grupo de seis turistas irem embora, uma moradora me mostrou um bilhete de agradecimento deixado por eles em cima da mesa. O bilhete elogiava a casa e agradecia a hospitalidade, mas, ao mesmo tempo, deixaram vários sacos de lixo fora da casa. A moradora ressaltou o problema de não haver lugar na praia para os turistas deixarem os resíduos gerados nem campanha para levar o lixo de volta para a cidade. Não raro, moradores reclamam da bagunça deixada por grupos de turistas que estavam em suas casas. Mas as reclamações e o incômodo dos moradores com comportamentos dos turistas em relação ao lixo, uso de bebidas ou drogas, entre outros, podem ser amenizados pelo vínculo afetivo por vezes construído com eles.

A interconexão entre lugares, pessoas e possibilidades constituem uma rede de contatos. No mundo globalizado, à medida que os corpos se movem, as mercadorias, imagens, objetos, conceitos e discursos se movimentam também. Segundo John Urry, “estar lá por si mesmo é um momento crucial no turismo, quer esse local ocupe um lugar chave na indústria global de turismo, quer ele seja um lugar meramente comentado por um amigo” (2016:148). Já Nakashima e Calvente (2016) destacam o papel do turismo nas atividades econômicas em diversos países. Na história do ocidente moderno, o turismo foi uma prática realizada predominantemente pelas elites sociais até o século XXI, quando passou a ser acessível a um número maior de pessoas no cenário mundial.

Na Enseada da Cajaíba, as palavras e imagens veiculadas pelos viajantes navegam e cruzam os mares. As histórias movimentam e motivam desejos de estar lá também, de ver por si a paisagem, de viver a experiência e também poder relatá-la a outros. Cada vez mais, a circulação de imagens por meio da internet também transforma práticas comunicativas. Viajar pelas paisagens locais – fotos, casas, mapas que mostram o modo de chegar etc. – comprime o espaço-tempo, o acesso se torna mais rápido e amplia o contato entre viajantes e outros que podem vir a sê-lo. Muitas das casas para alugar na Cajaíba encontram-se disponíveis por meio de visualização na internet, em redes sociais como o Facebook e em aplicativos como Airbnb. Os contatos e negociações de preço são realizados via celular.

A partir da década de 1990, as viagens à Cajaíba vieram seguindo rotas em um tempo que navega mais rápido que os remos na canoa e que os motores do barco. As redes de viagens que navegam até a enseada não dependem somente das ondas, das marés e das

estrelas. As chegadas e partidas de turistas no cais englobam numa rede de comunicação transformada pelas práticas comunicativas advindas da internet. Nesse sentido, o turismo também provoca inovações no modo de pensar e introduz novos consumos.

No caso do Pouso, os turistas convivem com as adversidades do tempo, como uma folha que pode entupir um cano de água, um vento forte que pode derrubar a rede de eletrificação, ou até mesmo a sobrecarga de uso no verão levar à falta de luz. Por parte dos moradores, não se trata de ir trabalhar num lugar separado de seu espaço privado, mas conviver com turistas em sua casa, na travessia de seu quintal, fazendo coisas diante de seus filhos.

Essas características apresentam uma combinação complexa nas relações entre produção e serviços. Como mencionado, a permanência dos turistas no Pouso se concentra no tempo dos feriados, pois após esse período o número de pessoas diminui. No final de 2018, o verão estava chuvoso e, sentadas na praia, Marina – que morou no Pouso quando criança e hoje mora em Paraty – e eu observávamos os turistas chegando para a virada de ano. Ela achou engraçado ver os turistas com ventiladores nas mãos. Era uma cena curiosa para quem conviveu em uma comunidade sem energia elétrica. Nesse verão, a energia virara assunto e o assunto promovia encontros. Eu descia o morro para a praia, quando uma moradora do local me chamou para perguntar se havia luz na casa em que estávamos. Respondi que sim e, antes mesmo de perguntar o porquê, ela já me disse que *“estava com meia fase e o moço da energia tinha dito para desligar a geladeira para não queimar... imagina só, demorei tanto para comprar a geladeira, para ela queimar!”*.

A chegada da luz elétrica eliminou, ou ao menos diminuiu drasticamente, o uso dos geradores, no entanto, o caminho entre as casas e a praia ainda mantém a necessidade do uso de lanternas, posto que os moradores escolheram não ter postes de luz entre as casas nem na praia. As casas no Pouso da Cajaíba são construídas no morro. Entre praia e morro, há um caminho a ser percorrido por todos que precisam de água para abastecer suas casas. O caminho da água inicia nas minas e cachoeiras e vai até as casas. Isso traz um ritmo bem específico. Ventos e chuvas fortes, bem como animais podem tirar do lugar ou entupir a mangueira que leva água para a caixa d'água que abastece a casa. Cada residência tem sua bica, cada morador cuida do caminho da água para sua casa.

Não há um padrão de prestação de serviços em que o turista é um consumidor passivo. Trata-se de um turismo em que a própria precariedade de infraestrutura faz parte da experiência de estar em uma vila caiçara. Reconhecer que água tem um caminho a ser

percorrido e que as adversidades com tempo agenciam diretamente a permanência das pessoas naquele lugar provocam um contraste nas relações de serviços turísticos nos moldes mais evidentemente capitalistas. Os moradores abrem a sua casa e dividem o seu *lugar*, não estão simplesmente ali para servir, e sim para conviver.

As mangueiras de água que descem da nascente para abastecer as casas vão passando pelo canto dos caminhos, cruzando as trilhas que ligam as casas. Para quem não conhece as trilhas que se entrelaçam na comunidade é muito fácil se perder e isso pode ser um incômodo para os moradores. Conversando com uma moradora do morro, ela me disse que gostaria de vender sua casa e comprar outra perto do seu pai na praia. Sua justificativa foi de que a família poderia fechar o quintal para não ter circulação de turistas na época da temporada.

Com as chuvas constantes, os turistas saem menos de casa, a circulação de mercadorias diminui e o sobe-e-desce para arrumar a água aumenta. Entretanto, em 2019 o verão foi de muito sol. O calor esquentava a areia e os turistas ocupavam os espaços de sombra na praia – nos bares, embaixo das árvores e ranchos. Diante de suspiros e reclamações do calor, um morador responde: “*não vamos reclamar! O sol traz o dinheiro*”.

O sol esquenta. No canto da praia, embaixo de uma tenda, perto das pedras, a moradora Zinha vende açaí; mais à frente outra barraquinha, em que outra moradora vende salgados, lanches e sucos. No caminho pela praia, nas barraquinhas, na padaria, todos os estabelecimentos que vendem comidas e bebidas são administrados por mulheres. As mulheres preparam os mantimentos, trabalham nos atendimentos e administram os bares e restaurantes. Ao mesmo tempo, cuidam dos filhos. Os homens ficam mais próximos dos turistas no mar – em passeios e travessias de lanchas. Os alugueiros das casas são administrados por ambos. Uma professora do Pouso comenta que “*os adolescentes gostam muito de receber os turistas. Além da agitação, também é um momento de ganhar dinheiro*”. As meninas andam pela areia da praia vendendo bolos, montam barraquinhas de açaí; os adolescentes ajudam nos bares e alguns meninos e meninas catam latinhas pela praia.

No tempo de verão, *o sol traz o dinheiro*, mobiliza compras de novos produtos, como equipamentos eletrônicos – micro-ondas, geladeiras, freezer, máquinas de lavar, televisões, entre outros. A energia elétrica aumenta a potência desses equipamentos eletrônicos, antes usados com gerador, e o armazenamento de mais produtos para vender para os turistas. Há uma maior possibilidade de estocar produtos na espera de maior

quantidade de turistas. Por outro lado, com mais infraestrutura nas casas, os turistas trazem mais produtos de fora. Os produtos, que antes eram mantidos em grandes isopores de gelo para abastecer os turistas e as casas, agora vão para os freezers e para as geladeiras.

Para além dos fios de eletricidade, outras linhas enredam e infletem relações entre os moradores do Pouso e visitantes de fora, como as linhas que interseccionam turismo, ativismo e pesquisa.

Caiçaras nas redes dos projetos

Minha primeira visita na enseada foi em 2008, quando ali fui em busca de um lugar que alguns amigos relatavam como paradisíaco e onde os moradores acolhiam as pessoas em suas próprias casas ou em campings. Passei a visitar a comunidade sozinha e cada ano ficava em uma casa diferente. Fui assim me familiarizando com o lugar e criando amizades com os moradores, bem como com alguns turistas que também ali passavam todo ano as férias de verão. Em 2014, em uma das travessias de Paraty para a enseada, conheci o barco Vencedor e seu barqueiro Ticote. Nesse mesmo ano, junto com os outros turistas, fomos conhecer a sua casa, que é também o Ipeca (Instituto de Permacultura Caiçara). Passei a me interessar pelas pesquisas que tinham sido realizadas na enseada e a escutar cada vez mais Ticote contar sobre as lutas pelo direito à posse coletiva da terra contra propriedades privadas, que eram parte das disputas dos caiçaras da região para permanecer na terra.

Para Ticote, os pesquisadores que mantem relação com a comunidade constituem uma outra categoria de turista:

“Tem os turistas que vêm pela beleza natural e não têm uma relação com a comunidade, e o pesquisador, que também é um turista, que se interessa! Tem pesquisador que pesquisa a comunidade e vai embora, e tem quem deixa o trabalho para fortalecer a comunidade” (depoimento em julho de 2018).

Ticote me apresentou a construção do Ipeca como realização em parceria com o projeto de extensão Raízes e Frutos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nas suas próprias palavras, na *“troca de saberes acadêmicos e comunitário, a permacultura nada mais é do que uma cultura permanente”*. Os jovens acadêmicos realizam suas pesquisas nas comunidades da enseada e fazem trabalhos ligados à bioconstrução, com referência

ao que contam os mais velhos na comunidade, de que as casas de seus pais eram construídas de barro e bambu.

Boa parte dos alunos do projeto Raízes e Frutos¹ e outros pesquisadores na Reserva da Juatinga chegaram como turistas e então se tornaram pesquisadores e ou ativistas em causas da comunidade. Esse foi também o meu caso, em uma travessia de turista aprendiz a aprendiz de antropóloga.

O turismo na região foi impulsionado na década de 1970 com a construção da BR 101, que liga o litoral de São Paulo ao Rio de Janeiro. Muitas áreas foram desmatadas e diversos manguezais e praias foram aterrados, precipitando processos de erosão. Multiplicaram-se os empreendimentos turísticos e a especulação imobiliária, incorrendo em conflitos fundiários e problemas com grilagem (DIEGUES, 2005). Nos anos 70, por exemplo, uma praia em Trindade foi comprada pela empresa canadense Brascan para implantação de um complexo turístico. Um grupo composto por jornalistas, advogados e estudantes se aliaram aos moradores e os ajudaram a articular o movimento “Trindade para os trindadeiros”, logrando conter a atuação da empresa e reaver parte das posses.

Outro exemplo de privatização de praias é o luxuoso Condomínio Laranjeiras, que ocupa uma área de 1.131,44 ha, entre as praias de Trindade e Sono. A praia onde se localiza o condomínio era o local onde os barcos dos moradores do Sono ficavam ancorados, pois a praia do Sono é de tombo e, portanto, muito difícil de ancorar o barco. Desde a construção do condomínio, o acesso dos moradores aos barcos passou a ser controlado e restringido. Para chegar à praia é preciso esperar a van do condomínio que leva até a saída das lanchas ou enfrentar uma trilha de subidas e descidas por cinquenta minutos. Os moradores ainda contam de desmatamentos para a construção de campos de golfe, mansões e marinas na beira do mar no Condomínio Laranjeiras. A ausência de árvores também canaliza o vento e afasta os barcos, dificultando sua navegação.

Outros conflitos fundiários fazem parte da história de várias praias da Reserva da Juatinga. Em defesa de suas comunidades foi formada a ONG Verde Cidadania, composta por advogados recém-formados e que eram também turistas na região. A ONG foi bem-sucedida em processos envolvendo grileiros nas praias Martim de Sá e Praia Grande da Cajaíba.

A Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) foi criada em 1992 e abrange toda a área da península da Juatinga, uma Unidade de Conservação Estadual sobreposta à Área

¹ Esses trabalhos se encontram no site <https://raizesefrutos.wordpress.com/>.

de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu². Devido a mudanças em seus territórios advindas da criação de unidades de conservação, comunidades caiçaras passaram a entrar em contato com pesquisadores e instituições, em iniciativas que trouxeram à cena termos como “sustentabilidade”, “pertencimento” e “turismo sustentável”³. No mapa das trilhas da reserva da Juatinga distribuído pelo Inea (Instituto Estadual do Ambiente) aos turistas, além da localização geográfica, logo na abertura do material já aparece referência ao turismo sustentável: “um turista satisfeito, natureza preservada e renda para a comunidade”.

Embora a Reserva da Juatinga tivesse como um dos objetivos a proteção ao modo de vida das populações que vivem na localidade, a sua implementação causou muitas incertezas, como aponta Carvalho: “Assim como a maior parte das Unidades de Conservação existentes no Brasil, a REJ (Reserva Ecológica da Juatinga) caiu como uma rede sobre os caiçaras, que ficaram de repente impedidos de realizar algumas de suas principais atividades, a roça, a caça, a retirada de madeiras e outros recursos para a construção de canoas e outros artesanatos” (2010: 50). Como resultado, houve um aumento da pesca e das atividades voltadas ao turismo, assim como a intensificação da venda informal de lotes para os turistas, em que o discurso sobre o baixo impacto ambiental acabou favorecendo o interesse imobiliário de pessoas de fora da comunidade. Assim, depois de muita luta para permanecer na terra e pela criação da UC, se apresentava uma nova luta, dessa vez contra as duras leis ambientais (CAVALIERI, 2003).

É fundamental que o Estado reconheça a tradicionalidade de uma população para que ela possa viver em algumas categorias de unidade de conservação. Por essas e outras razões, essas comunidades vêm buscando modos de fortalecer e dar maior visibilidade a essa tradicionalidade. No caso do Pouso, os moradores se organizaram para a implementação de uma escola diferenciada e a promoção de eventos que façam visíveis sua cultura. Tal visibilidade implica um investimento de tradução, de falar sobre si não

² A Reserva é criada dentro do âmbito de discussão nacional e internacional da ECO 92, conferência mundial sobre biodiversidade sediada Rio de Janeiro. Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2009) enfatizaram o contexto da Eco 92 na constituição e visibilidade dos Povos da Floresta, expressão identitária englobante de populações indígenas, seringueiros e outras comunidades extrativistas. A despeito de suas diferenças, essas comunidades tinham em comum o uso de baixo impacto dos recursos naturais e a ameaça ao direito de uso coletivos de seus territórios tradicionais.

³ Ao contrastar o que chama de *turismo predatório* com o *turismo sustentável*, Körössy destaca alguns princípios deste último, como a busca de melhoria do bem-estar material e não-material; equidade intra e inter-geracional; proteção da diversidade biológica e manutenção dos sistemas e processos ecológicos (2008: 64).

apenas para si, mas para os outros, de fazer a diferença inteligível, reconhecível e valorizável (CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

No que diz respeito a busca de conciliar vetores de geração de renda e sustentabilidade, o *turismo de base comunitária* veio sendo o mote de diversas iniciativas. Segundo Bartholo, essa modalidade se volta para a experiência de outros modos de viver, que inclui singularidades “com relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc.” (2009: 52). O autor enfatiza a formação de uma *comunidade de sentido*, mas o acompanhamento de iniciativas no Pouso remete a experiências heterogêneas entre os envolvidos, que se enredam em processos de tradução e transformações mútuas.

De acordo com Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), o *turismo de base comunitária* está centrado nos atores e no saber local como processo de transformação de sua realidade e promoção de bem-estar. Moraes (2016) também enfatiza que o *turismo de base comunitária* deve incluir técnicas de planejamento participativo, em que a comunidade é estimulada a pensar o uso de seu território e desenvolvimento do turismo.

Não raro, contudo, essas iniciativas se efetivam por meio de parcerias e uma adequação de práticas de conhecimento ao idioma dos projetos e suas dinâmicas, que por vezes centram foco na visibilidade de práticas tradicionais, podendo incorrer em visões folclorizantes⁴. Tensionando esses enquadramentos, moradores buscam modulá-los de acordo com suas demandas. Por exemplo, muitas mulheres do Pouso apontam a importância do acesso a recursos e tecnologias que possam expandir o horizonte de possibilidades de seus filhos, para além de iniciativas voltadas para atividades tradicionais. Uma delas comentou: “*é legal aprender fazer farinha, mas não é isso que vai trazer o sustento, eles [jovens] querem outras coisas*”. Outra ironizou uma iniciativa de extensão universitária que queria ensinar às crianças o que elas já sabiam: “*outro dia vieram aqui para eu ensinar a fazer roça, as crianças riam, imagina... elas cresceram vendo as pessoas fazerem roça!*”.

Um exemplo de parceria é o grupo Raízes e Frutos, da UFRJ, e o Ipeca (Instituto de Permacultura Caiçara), coordenado por Ticote. Técnicas como bioconstrução, construção de fossa séptica de evapotranspiração, caixas para água cinzas e banheiro seco foram construídos juntamente com os estudantes universitários do projeto. Muitas dessas técnicas eram reconhecidas por Ticote como dos tempos de seus pais, enredando o saber-

⁴ Para um exemplo de experiências indígenas relativa ao mundo dos projetos na conjuntura contemporânea, ver MACEDO, 2012 e MACEDO, 2017.

fazer caiçara com aquele trazido pelos universitários. Sendo assim, nesse espaço construído, Ticote se apropria de um novo conceito, a Permacultura, enquanto os universitários adensam seus estudos sobre as práticas tradicionais.

A ideia de *permacultura* vai sendo construída junto com as novas paredes da casa de Ticote, retomando a técnica de pau-a-pique, que aconchega uma cozinha aberta com um fogão à lenha e um forno de pizza. Nas paredes foram colocados cartazes e banners que contém informações sobre o trabalho do Ipeca, “um instituto que visa a relação educacional e a valorização da cultura caiçara”. Há também uma canoa encostada na parede com livros didáticos, trabalhos acadêmicos da reserva, histórias, entre outros.

O *turismo de base comunitária* é assim uma *técnica* que singulariza o *viver junto* com a população local. Os turistas têm a oportunidade de se hospedarem nas casas da comunidade caiçara, comer peixe, conversar com eles na praia, fazer trilha na mata, mas também de comer pizza de jaca feita por Ticote, ver filmes sob o pé de tamarindo e ouvir bandas locais nos bares. Assim como a canoa cheia de livros de Ticote, não há divisões estanques entre o tradicional e o moderno nessas travessias.

Uma das iniciativas que acompanhei foi uma oficina de balaio organizada pelo grupo Ingá Flecha, formado por ex-integrantes do Projeto Raízes e Frutos (UFRJ) durante o feriado de Páscoa de 2018. Os participantes eram cerca de 30 turistas do Rio de Janeiro, a maioria universitários ou recém formados, e alunos do segundo seguimento da *escola diferenciada* – categoria referenciada nos direitos indígenas reconhecidos pela Constituição Federal de 1988, que foi estendida a populações tradicionais objetivando respeitar especificidades culturais e processos próprios de ensino-aprendizagem – do Pouso. Por sua vez, a atividade era parte do projeto “Educação diferenciada e turismo de base comunitária”.

Da praia até a casa de Dona Dica, que ministraria a oficina de balaio, o caminho era todo rastelado, com muitas árvores frutíferas e mais uma diversidade de plantas que foram plantadas por ela e seus familiares. É preciso também passar por duas correntezas, as quais descem da cachoeira que ficam ao lado da casa dela. Com o início da oficina, formou-se um círculo de pessoas sentadas no chão em volta de Dona Dica, que passou a ensinar como segurar a faca, cortar e raspar o cipó. Quando era preciso, ela ia mais perto de quem estava com dificuldades e fazia junto com a pessoa: repetia os passos e ia mostrando como fazer. Muitos perguntavam: *Estou fazendo certo?* Ela segurava o

trançado para fazer o fundo do balaio e, quando estava errado, sorria e dizia “*o primeiro balaio é assim mesmo*”. Em suas mãos ágeis, o corte do cipó e do bambu parecia fácil.

Além de Dona Dica, a oficina também contava com os mestres Seu Altamiro, da Praia Grande, e Ticote, do Pouso. Ao final da atividade, as pessoas que participavam da oficina agradeceram a generosidade dos mestres em transmitir seus conhecimentos. Depois, pediram para Dona Dica falar, mas ela abaixou a cabeça, fazendo sinal de que não ia falar, apenas pronunciando algumas palavras dirigidas ao cachorro. A palavra então passou para Ticote, que discorreu sobre a importância da escola diferenciada para a comunidade permanecer na terra e agradeceu a professora e os alunos por estarem ali presentes, destacando que as crianças serão os adultos que continuarão lutando para preservar o território. “*A escola é o que vai nos ajudar a se proteger da grilagem e se comunicar com o governo*”.

Aquele contexto enunciativo, no âmbito de uma oficina para turistas, não deixava Dona Dica à vontade para falar sobre suas técnicas de fazer balaio e fazer a vida naquele lugar. Ela se mostrava disposta a ensinar como se faz, mas por seus gestos e não por suas histórias. Naquele momento em que ela silenciou, com todos em roda olhando para ela, talvez esperassem falas mais políticas como a de Ticote. Assim, por mais que o *turismo de base comunitária* proponha um *modelo participativo*, não raro essas oficinas que incluem interações entre moradores e turistas acabam direcionando as falas e atividades de acordo com dinâmicas próprias do mundo dos projetos. Mas Dona Dica é um exemplo que tais moradores não se submetem passivamente a essas orientações e adaptam tais dinâmicas ao que faz sentido para eles. Em outro momento, mais descontraído, enquanto as pessoas almoçavam, Dona Dica relatou para um pequeno grupo alguns casos sobre a expulsão das famílias da Praia Grande e como ela resistiu.

Ticote ressaltou também na oficina a importância da criação do Fórum de Comunidades Tradicionais, que une as forças dos indígenas, quilombolas e caiçaras. “*Lutamos pela mesma causa; manter o território, os saberes e o nosso modo de vida. A cultura é algo que vai se transformando e precisamos usar as tecnologias e o conhecimento para resistir e permanecer no nosso território*”. Seu Altamiro reafirmou as lutas por território contando histórias de grilagem que marcaram a Praia Grande da Cajaíba. Esclarece que uma família se aproveitou que moradores não tinham títulos da terra e não sabiam ler e escrever para registrar em seu nome terras de muitos deles. Houve também casos de moradores que venderam suas terras por uma quantia muito pequena, por medo de não conseguirem mais sobreviver no lugar com a implantação da reserva.

Do chão da terra, os cipós sobem enroscando nas árvores e depois são enredados por mãos que os transformam em cestos que guardam os peixes, enfeitam as casas, ou em porta-guardanapo colocado na mesa do bar da praia que Dona Dica atende os turistas no verão. A construção do balaio reativa a memória. Seu Altamiro assim conclui sua fala para o grupo de turistas na oficina: “*O balaio já não é uma coisa que precisamos para pescar, mas nos ajuda a mostrar para vocês nossa história*”. Os mais velhos remetem ao *tempo antigo* para compartilhar suas experiências com os *mais novos* presentes e as pessoas de *fora*.

Diante da necessidade de falar de si para os outros, e nesse processo dar uma forma para esse “si”, ou esse “nós”, o turismo é mais uma das condições que colocam aos povos o desafio de se fazerem visíveis em suas singularidades. Na perspectiva de um *turismo de base comunitária* discutida e pensada em universidades ou ONGs, em contextos históricos e globais de mobilidade, velhos termos são usados para novas relações. O que esses povos estão chamando de *cultura* resultam das elaborações criativas desses encontros, que traduzem e expressam seus conhecimentos e modos de conhecer ao longo de muitas gerações. Como aponta Marshall Sahlins (1997), o que define uma tradição não é o que permanece apesar das mudanças, mas é um modo singular de se transformar. Nas disputas de terras e especulação imobiliária vivenciadas no contexto local, chegaram novos ventos que tornaram presente o tempo das leis ambientais. Foi preciso então enfrentar o interesse de um mar de gente: chegaram com proibições e discussões e, para controlar o timão e manter o barco firme, novas atuações com o turismo se estabeleceram no lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURSZTYN, I., BARTHOLO, R., DELAMARO, M. 2009. *Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil*. In: BARTHOLO, R., SANZOLO D., BURSZTYN, I. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. “*Cultura*” e *cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais*. In: M. Carneiro da Cunha. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosak Naify.

- CAVALIERI, Lucia. 2003. *A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga*. São Paulo. Dissertação de mestrado em geografia humana, FFLCH / USP. Revista da Pós-Graduação em Geografia. n. 16. p. 230.
- CARVALHO, Julia Manso Paes de. 2010. *“O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba e a Escola: Em busca de uma Educação Diferenciado, Paraty,RJ”* Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFRRJ.
- DE FRANCESCO, Ana Alves. 2012. *“Este é o nosso lugar: Uma etnografia da territorialidade caiçara na Cajaíba (Paraty,RJ)”* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas, Unicamp.
- INGOLD, Tim. 2012. *“Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais”*. Porto Alegre. Horizontes Antropológicos, , ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun.
- KÖRÖSSY, Natalia. 2008. *Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística*. Caderno virtual de Turismo. FAPERJ. Vol. 8. Nº 8. FAPERJ. ARTIGO
- MACEDO, Valéria. “Guarani cosmopolitics in the world of paper”. In: Virtanen, Pirjo Kristiina; Veber, Hanne M. (orgs.). *Creating dialogues. Indigenous perceptions and changing forms of leadership in Amazônia*. Boulder: University Press of Colorado, 2017.
- MACEDO, Valéria. “Dos cantos para o mundo. Invisibilidade, figurações da ‘cultura’ e o se fazer ouvir nos corais guarani”. *Revista de Antropologia – USP* 51 (1): 357-400, 2012.
- MORAES, Camila. 2016. *Turismo em favelas: notas etnográficas sobre um debate em curso Favela Tourism: ethnographic notes on an ongoing debate*. São Paulo. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v. 23.2, p. 65-93.
- NAKASHIMA, S. K., CALVENTE, M. del C. M. H., 2016. *A História do Turismo: epítome das mudanças. The History of Tourism: epitome of changes. Turismo & Sociedade*. Curitiba (ISSN: 1983-5442). maio-agosto, v. 9, n. 2, p. 1-20.
- NOVAES, Luana Santiago. 2020. *Fios de histórias, fios de alta tensão: Eletricidade, turismo, peixes e projetos em redes envolvendo a comunidade de Pouso da Cajaíba (Paraty, RJ)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Guarulhos, Unifesp.
- ROSA, H. 2005. *“Atores e interesses que articulam as transformações sócio-espaciais de uma localidade caiçara: o caso de Pouso da Cajaíba no litoral sul-fluminense”*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado UFRJ/CPDA.

SAHLINS, Marshall. 1997. “Introdução” e “cap. 4”. In: *Ilhas de História*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2017. *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro. ABA Publicação.

URRY, John. 2016. *Globalizando o olhar do turista Globalizing the tourist gaze*. Tradução de Natália Otto. São Paulo. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. v.23.2, p.142-155.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. e GOLDMAN, Márcio. 2006. *Abaeté, Rede de antropologia Simétrica*. São Paulo. Caderno de campo. n 14/15, p 1-382.